

O Diabo
31 Março 81
p. 12

O contencioso continua em aberto

- lembra o dr. Evo Fernandes delegado da RNM na Europa

A recente visita a Lisboa do ministro Joaquim Chissano, a forma como oficialmente ela decorreu, e até a aceitação por parte do Presidente da República portuguesa de um convite para visitar Moçambique, talvez tenham criado na opinião pública a impressão de que deixou de haver um contencioso importante entre os dois países. Será, de facto, assim?

Quem nos vai responder a esta pergunta é o delegado para a Europa do movimento "Resistência Nacional Moçambicana", dr. Evo Fernandes, nome que até agora tem sido praticamente ignorado nos órgãos de comunicação social "deste país", não por culpa dele — que se não esconde, que assume clara e frontalmente as responsabilidades do papel que desempenha na luta contra o regime marxista estabelecido em Lourenço Marques — mas por culpa, sim, do silêncio a que, por sistema, são aqui votados todos os movimentos de libertação hoje actuantes nas antigas províncias ultramarinas portuguesas. Eis a resposta que nos deu Evo Fernandes:

— Creio que não existe qualquer superação do contencioso. Acontece apenas que Portugal continua a sacrificar os seus interesses, muitos deles absolutamente legítimos, sem obter nenhuma contrapartida. A política do Governo Balsemão a este respeito está a ser a evolução na continuidade da política de Mário Soares ou de Vasco Gonçalves, sem resguardar minimamente o interesse dos portugueses — e já nem digo o interesse de Portugal — em Moçambique. Tal política tem sido apenas vantajosa para o Governo do Maputo e para o imperialismo soviético a que ele obedece. Com sacrifício dos interesses ocidentais, aquele governo obtém benefícios de um país que pertence à OTAN e que se candidata à integração na Comunidade Económica Europeia. A verdade é que o problema do relacionamento luso-moçambicano não se pode isolar do conjunto mundial e dos jogos de forças que decorrem a nível mundial.

— *Mas as vantagens para Portugal nesse relacionamento...*

— O Governo do Maputo não está de forma alguma interessado em dar a Portugal as vantagens que este procura obter. Não me refiro a Moçambique, evidentemente, refiro-me ao actual governo do Maputo, refiro-me à FRELIMO. Na história das relações entre esse governo e os governos de Lisboa verifica-se, sempre, que quando parece estarem as dificuldades em vias de serem eliminadas logo se reage no Maputo de forma a repor a situação no estado anterior. Recorde-se que a visita de boa-vontade do ministro Álvaro Barreto ao

Maputo foi correspondida com o fuzilamento de um cidadão português; recorde-se, também, como depois o governo do Maputo procedeu ao encerramento das delegações de bancos portugueses e à nacionalização de empresas como a Cometal-Mometal, obrigando a Banca portuguesa a pagar ao estrangeiro os avales de que é responsável pelos investimentos feitos. O Banco Pinto & Sotto Mayor, por exemplo, é responsável por avales no valor de cerca de quatro milhões de contos. Agora mesmo, a preceder a visita de Joaquim Chissano, houve a prisão de vários portugueses...

— *Que entretanto foram libertados...*

— ...sem que nos conste hajam sido apresentadas desculpas e sem que tenham sido postos em liberdade outros que já se encontravam presos. Pode estar certo de que, acima de todas as aparentes atitudes conciliatórias do governo do Maputo, a União Soviética não quer de maneira alguma que Portugal regresse a Moçambique em termos de parceiro importante. Em face dessa evidência, ocorre perguntar que novo agravo se prepara agora para cometer o governo do Maputo. O contencioso continua; um contencioso que, mais do que a nível de Estados, é a nível de pessoas. Os portugueses espoliados, os portugueses ainda presos em Moçambique, que são talvez duas dezenas, continuam a ter direito a perguntar ao governo de Lisboa o que irá este fazer para conseguir a indemnização de tantos prejuízos materiais e morais.

- **A União Soviética não quer que Portugal regresse a Moçambique em termos de parceiro importante**

- **Cortar com a África do Sul seria para a FRELIMO um suicídio imediato**

- **Moçambique manterá a unidade territorial criada pelos portugueses**

- **Desafiamos Machel a fazer eleições livres!**

O balanço de uma falsa independência

O dr. Evo Fernandes estava em Moçambique quando do desastre que para todo o mundo português representou a trágica data de 25 de Abril de 1974. Concluira não havia muito o curso universitário em Lisboa e de novo se radicara na sua terra natal. Quis ficar, com a esperança de contribuir para um futuro melhor de Moçambique, com o propósito de evitar que a derrocada se tornasse, como se tornou, uma catástrofe. Só depois de tudo perdido, só depois dos governantes de Lisboa haverem tomado o partido da FRELIMO contra todos os outros movimentos emancipalistas moçambicanos, outorgando a Moçambique uma falsa independência, é que se viu forçado a partir, embora com a firme decisão de voltar; é uma testemunha dos crimes cometidos a partir do segundo semestre de 1974 e um participante activo da resistência surgida pouco meses após a independência. Daí que lhe tenhamos pedido o balanço dessa falsa independência, na medida em que alguém pode reduzir a meia

dúzia de linhas a história de seis anos de vida de um povo; ele não tem dúvidas em o fazer:

— Desejámos e continuamos a desejar a independência de Moçambique para o progresso espiritual e material das populações e com base no direito e na justiça. Não foi isso o que aconteceu. O que aconteceu foi a perda de todas as liberdades, inclusive a religiosa; a destruição de toda a economia; uma regressão completa no ensino, na saúde e no nível de vida; o estabelecimento de um regime de terror policial; e a fome. Repito: e a fome.

— *Entretanto, veio a "Resistência Nacional Moçambicana". Desde quando, como, e com que resultados?*

— Logo em Dezembro de 1975 houve uma tentativa de golpe contra o despotismo de Samora Machel e da sua "clique". Em Novembro do ano seguinte, como V. poderá ver pela documentação que lhe vou entregar, alguns comandantes das forças da FRELIMO tomaram a iniciativa de continuar a luta armada até à completa libertação do povo moçambicano, mas agora contra o comunismo machelista. Em 1 de Maio de 1977 — e continuo a citar-lhe quase textualmente a introdução de um documento base do nosso movimento — delegados de todas as províncias de Moçambique e das comunidades moçambicanas no estrangeiro reuniram-se durante seis dias, com vista não só a apoiar aqueles dissidentes da FRELIMO como também definir os métodos capazes de conduzir vitoriosamente a luta contra a tirania política da FRELIMO e todo e qualquer sistema contrário à liberdade e aos direitos universais do homem moçambicano. Foi-se para a organização e para a guerrilha. Hoje, a guerrilha controla sobretudo a área entre o Zambeze e o Limpopo. Ac

comandante André — André Matadi Matsangaissa, morto em combate em Outubro de 1979 — cuja bravura legendária fez dele já um mito nacional, sucedeu o comandante Afonso Jacama e os êxitos por ele alcançados inquietam cada vez mais as autoridades da FRELIMO. Do Zambeze ao Limpopo contamos com o apoio cada vez maior das populações. E contra esse apoio, a FRELIMO só pode recorrer a dois processos: as prisões sem culpa formada, ou os fuzilamentos.

— *E voz corrente que foram fuzilados os dirigentes dos vários partidos que se opunham à predominância da FRELIMO em 1974, tais como Urias Simango, Joanã Simão e outros.*

— A esses não foi preciso fuzilar. Foram presos. E presos continuam. A FRELIMO não precisou de os liquidar fisicamente. Basta-lhe liquidá-los moralmente. A FRELIMO tem várias formas de matar.

Não desejamos a intervenção norte-americana

— *Recentemente, as autoridades de Moçambique afirmaram ter descoberto uma conjura contra o regime da FRELIMO apoiada pela CIA, o que deu origem, como todos sabemos, a numerosas prisões. Neste momento, os jornais anunciam que uma frota soviética está fundeada no porto de Lourenço Marques. Haverá qualquer relação entre os dois factos? E já agora, outra pergunta ligada a esta: a nova política externa norte-americana virá a ter influência na evolução da situação em Moçambique?*

— A presença do cruzador soviético "Alexander Suworow" e de mais três unidades navais russas na Baía do Espírito Santo não me parece ter especial significado. O estacionamento demorado de navios de guerra soviéticos naquela área é bastante frequente. Pode ser um modo da FRELIMO se sentir menos assustada, mas a nós é que com certeza nos não assusta. Se porventura desembarcassem forças russas ou cubanas para combater a guerrilha da Resistência Nacional Moçambicana, isso só significaria que a guerrilha mataria mais russos e mais cubanos. De resto, os mercenários cubanos enviados para Moçambique já de há tempo que vêm aumentando em número. Quanto às acusações feitas à CIA — *prossaque o dr. Evo Fernandes* — considera-os uma espécie de derivativo da opinião pública, depois dos ataques de "comandos" sul-africanos à Matola e à Ponta do Ouro. Como o governo do Maputo não pode, de maneira alguma, contar relações com a África do Sul, sem correr o risco de um suicídio económico a curtíssimo prazo, prefere distrair as atenções do público contra a CIA, que está longe e que se não incomodará muito com isso. Quanto a sua última pergunta, devo dizer-lhe que olhamos com interesse para a política do novo presidente dos Estados Unidos, mas apenas em termos gerais, como toda a gente. Não desejamos qualquer intervenção norte-americana na África Austral, que nem sequer é uma área tradicional dessas intervenções. Para combater os agentes soviéticos que se estabeleceram no poder em países da África Austral já existem nesses países, como é o caso de Moçambique, as respectivas organizações nacionalistas

Tal como o Brasil

— *As últimas perguntas que regime se poderá prever para Moçambique depois do eventual derube do regime da FRELIMO? E então, que relacionamento com Portugal e os portugueses?*

— Não queremos substituir uma ditadura por outra. Queremos um regime de liberdade, o que implica que nele participem, como governo ou como oposição, todos os partidos políticos democráticos, todas as forças que não sejam totalitárias, o que exclui, portanto, os movimentos marxistas-leninistas. O que nos torna autênticos representantes do povo moçambicano é precisamente isso e ninguém duvida de que ganharíamos se houvesse eleições livres. Desafiamos Samora Machel a que realize eleições livres em Moçambique, testemunhadas por observadores internacionais. Desafiamo-lo! Quanto ao futuro relacionamento com Portugal, basta lembrar que Moçambique assenta em três raízes, a fundamental que é a banto, a asiática e a europeia, mas que esta última, ou seja a portuguesa, é extremamente importante na nossa história e na construção da nossa sociedade. Depois da libertação, a presença portuguesa em Moçambique deve ser mais activa e mais intensa do que nunca, não como aspecto transitório mas sim com carácter de permanência, de radicação.

— *Tal como aconteceu no Brasil?*

— Não pode haver melhor exemplo.

— *E acha também, dr. Evo Fernandes, que igualmente ao que aconteceu no Brasil, e não obstante as diferenças étnicas, as ambições exteriores e as divisões criadas ao longo do processo de independitização, Moçambique poderá manter a unidade territorial criada pelos portugueses?*

— Estou absolutamente convencido de que sim.

O delegado para a Europa da Resistência Nacional Moçambicana tem o optimismo próprio da juventude e dos combatentes por uma causa generosa. Que esse optimismo se confirme em factos ao longo dos difíceis anos que vão seguir-se, é, naturalmente, o nosso sincero desejo; para já, contudo, o mais importante é que o mundo ocidental entenda o desafio formulado pela Resistência moçambicana à ditadura da FRELIMO para que proceda a eleições livres. O que não vai ser fácil, porque essa história de eleições livres, na óptica da maioria dos ideólogos da liberdade e da democracia, é como as escadas rolantes que andam com um sentido único: nunca se aplica aos regimes intitulados "democracias populares", pitoresco eufemismo com que o sr. Joaquim Chissano, entrevistado para um não menos pitoresco semário melo-eanista, classificou a ditadura marxista que há já meia dúzia de anos domina Moçambique.